

A. I. N° - 269275.0027/08-9
AUTUADO - EUGENIO ALENCAR MUNIZ
AUTUANTE - JOSÉ RICARDO SANTOS CORREIA DA CUNHA
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET 02.09.2009

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0238-05/09

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Refeitos os cálculos para excluir Notas Fiscais cujo pagamento do ICMS por antecipação foi comprovado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/12/2008, refere-se à exigência de R\$39.657,13 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em decorrência falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial referente às aquisições de mercadorias para comercialização, provenientes de fora do Estado, cujas notas fiscais estão relacionadas no demonstrativo de fls. 8 a 10.

O autuado apresentou impugnação às fls. 12/13, arguindo:

1. que em relação ao período 01/2008 constatou as seguintes divergências: a) a Nota Fiscal n° 1728 aparece em duplicidade; b) as Notas Fiscais n°s 1753, 1752, 1751, 1750, 1749, 1816, 1813 e 1812 foram quitadas conforme cópia de DAE que anexa. De acordo com estas alterações o valor cobrado passa de R\$6.453,22 para R\$4.797,52;
2. que em relação ao período 03/2008 constatou que as Notas Fiscais n°s 2191 e 2192 cobradas no auto foram quitadas conforme DAE que anexa, restando devido o valor de R\$2.561,53;
3. que em relação ao período 08/2008 constatou que as Notas Fiscais n°s 11215, 11339, 11341, 11342, 11343 e 11344 cobradas no auto foram quitadas conforme DAE que anexa, restando devido apenas R\$76,32.

Por tais motivos, pede a retificação do valor cobrado no Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 25 dos autos, acata os argumentos defensivos esclarecendo que o próprio contribuinte reconhece o restante do débito, inclusive elaborando nova planilha onde registra o total devido de R\$36.884,44.

Tendo em vista que o autuado foi intimado à fl. 28 para tomar ciência da Informação Fiscal sem ter assinalado prazo para se, querendo, se pronunciar à respeito, os autos foram devolvidos em diligência à INFAZ de origem para corrigir tal deficiência, conforme fl. 32.

VOTO

O Auto de Infração em lide trata da falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial referente a mercadorias adquiridas para comercialização, conforme demonstrativo de fls. 8 a 10 dos autos.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei nº 7.014/96:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.

O autuado alegou em sua defesa que efetuou pagamento de parte do imposto exigido, conforme cópias dos DAEs que anexou aos autos (fls. 19 a 22).

Na Informação Fiscal o autuante acolheu os argumentos defensivos e apresentou nova planilha do débito reduzindo o valor devido de R\$39.657,13 para R\$36.884,44.

Verificando que o contribuinte foi intimado para tomar ciência da Informação Fiscal sem que lhe fosse assinalado prazo para, querendo, se pronunciar a respeito, os autos foram diligenciados à INFAZ de origem para corrigir tal deficiência.

Tendo em vista que o pedido da diligência foi devidamente cumprido e que transcorreu-se o prazo assinalado para o autuado se pronunciar sem que ele voltasse a falar nos autos e não observando qualquer irregularidade no ajuste elaborado na Informação Fiscal, vejo caracterizada a infração no valor ajustado.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269275.0027/08-9**, lavrado contra **EUGENIO ALENCAR MUNIZ**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$36.884,44**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de agosto de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO - RELATOR

ALEXANDRINA NATALIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA